

# Distribuição Geográfica dos Locais de Trabalho dos Fisiatras

## *Geographic Distribution of Physiatrists' Workplaces*

Moisés Henriques<sup>(1)</sup>

Exma. Editora,

A Reabilitação, em sentido lato, é um elemento basilar de qualquer sistema de saúde e a definição de um Plano Nacional de Reabilitação constitui uma prioridade estratégica para o Sistema de Saúde Português.<sup>1</sup> Por sua vez, esta mesma Reabilitação deve ser assegurada por equipas multiprofissionais lideradas e coordenadas por Fisiatras.<sup>1,2</sup>

A 7 de novembro de 2025, estavam inscritas na Entidade Reguladora de Saúde (ERS) 885 Unidades de Medicina Física e de Reabilitação (MFR; onde se realiza a consulta de MFR e pelo menos um tipo de intervenção terapêutica), das quais 94 (10,6%) eram de natureza pública e 791 (89,4%) de natureza não pública.<sup>3</sup> Constatou-se que 30% dos concelhos de Portugal continental (n=84) não dispunham de unidades de MFR, sendo o Alentejo a região com mais concelhos sem oferta (57% dos seus concelhos).<sup>3</sup> Observou-se, ainda, que o rácio de estabelecimentos não públicos por 1.000 habitantes variou entre 0,06 no Algarve e 0,09 no Norte.<sup>3</sup>

A distribuição geográfica dos locais de trabalho dos Fisiatras no território nacional constitui um importante indicador no que concerne à equidade no acesso à Reabilitação de qualidade. Para tal, contribui o número de Fisiatras a trabalhar em Portugal. Há duas décadas, Portugal dispunha apenas de 3,25 Fisiatras por 100.000 habitantes, enquanto a Croácia dispunha de 6,8.<sup>4</sup> Em finais de 2025, Portugal tinha 820 Fisiatras; cerca de 7,63 Fisiatras por 100.000 habitantes.<sup>5</sup> Não obstante, continua a ser necessário formar mais Fisiatras para que estes estejam presentes em todas as fases da cadeia assistencial da

Reabilitação, desde o primeiro dia de entrada no sistema de saúde até à reintegração plena na comunidade.<sup>6</sup> Ainda assim, a publicação da Portaria n.º 88/2024/1, de 11 de março, parece favorecer o exercício de profissões técnicas sem a intervenção prévia de um Fisiatra, contrariando a recente decisão do Supremo Tribunal italiano que determinou que, se os fisioterapeutas, cuja formação não os habilita para a realização de diagnósticos médicos, executarem tratamentos de saúde sem prescrição médica, tal poderá configurar exercício ilegal da Medicina.<sup>7,8</sup>

No XXVI Congresso Nacional da Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação foi apresentado um estudo que refletiu a distribuição geográfica dos locais de trabalho dos Fisiatras, em Portugal, e abordou a existência de estabelecimentos de saúde sem Fisiatra. Este estudo baseou-se na lista de estabelecimentos de saúde com as valências de “Medicina Física e de Reabilitação” (inclui “Fisioterapia”, “Medicina Física e Reabilitação” e “Medicina Física e Reabilitação – Departamento Funcional”), “Fisioterapia”, “Terapia da Fala” ou “Terapia Ocupacional” registados na ERS à data de 08 de janeiro de 2026 com as respetivas moradas (código postal e localidade). Os estabelecimentos do tipo “Unidade Móvel” e os estabelecimentos duplicados foram excluídos. Para contabilizar os estabelecimentos de saúde sem Fisiatra, juntaram-se os estabelecimentos com a valência de “Medicina Física e de Reabilitação” com os de cada umas das restantes valências, e eliminaram-se os estabelecimentos duplicados.

A figura apresenta os mapas de Portugal continental com a distribuição geográfica dos estabelecimentos de saúde fixos com a valência de “Medicina Física e de Reabilitação”

(1) Unidade de Reabilitação, Centro de Medicina Naval - Direção de Saúde da Marinha Portuguesa, Almada, Portugal; Centro de Investigação Naval (CINAV), Escola Naval - Instituto Universitário Militar, Almada, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3194-1386>.

© Author(s) (or their employer(s)) and Journal SPMFR 2024. Re-use is permitted under CC BY-NC. No commercial re-use. © Autor (es) (ou seu (s) empregador (es)) Revista SPMFR 2024. Reutilização permitida de acordo com CC BY-NC. Nenhuma reutilização comercial.

Autor Correspondente/Corresponding Author: Moisés Henriques. email: [santos.henriques@marinha.pt](mailto:santos.henriques@marinha.pt). Escola Naval, Base Naval de Lisboa - Alfeite, 2810-011 Almada, Portugal.

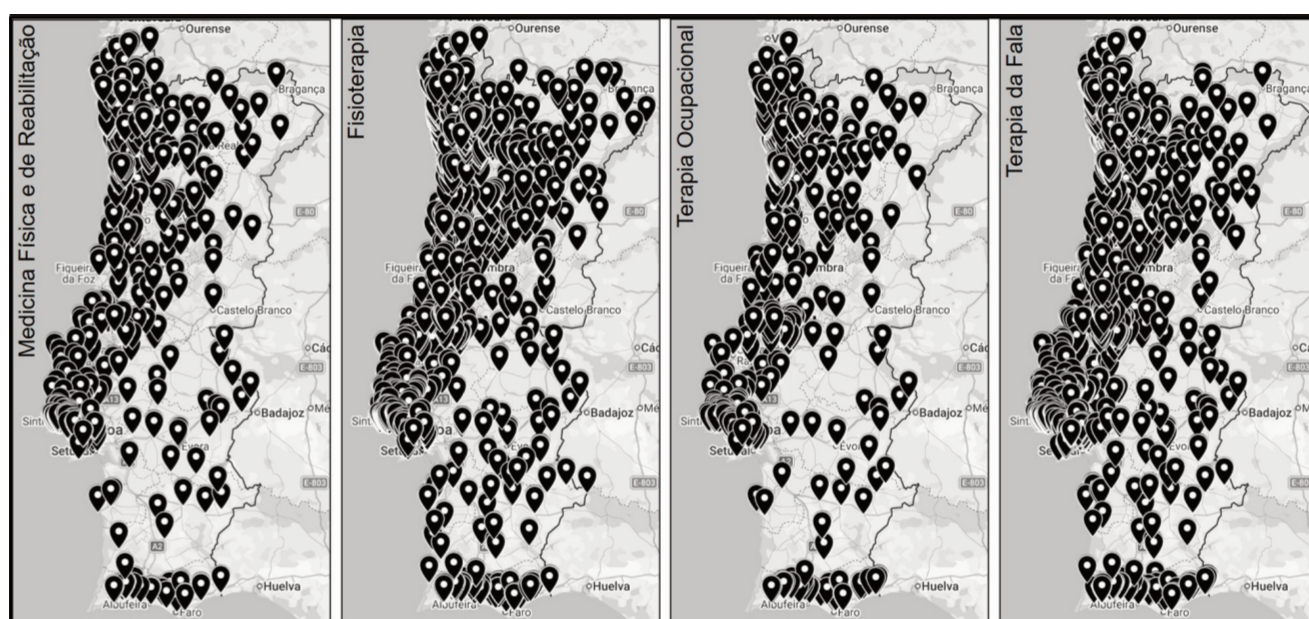
Recebido/Received: 03/2026. Aceite/Accepted: 03/2026. Publicado online/Published online: 05/2026. Publicado/Published: 05/2026.

(n=1.032), "Fisioterapia" (n=3.165), "Terapia Ocupacional" (n=1.026) e "Terapia da Fala" (n=3.142). A distribuição geográfica dos locais de trabalho dos Fisiatras apresentou um predomínio pelo litoral norte e centro, porventura em alinhamento com uma maior densidade populacional.

Existiam, sem Fisiatra, 2.867 estabelecimentos com Fisioterapeuta(s), 889 estabelecimentos com Terapeuta(s) Ocupacional(is) e 2.842 estabelecimentos com Terapeuta(s)

da Fala. No caso da Terapia da Fala, constatou-se a existência de estabelecimentos escolares caracterizados como sendo de saúde.

A disponibilidade equitativa de cuidados de Reabilitação de qualidade é um desígnio de todos, para todos, e cumpre aos Fisiatras liderar as equipas multiprofissionais de Reabilitação.



**Figura 1** - Distribuição geográfica dos estabelecimentos de saúde fixos com a valência de "Medicina Física e de Reabilitação", "Fisioterapia", Terapia Ocupacional" e "Terapia da Fala" registados na Entidade Reguladora de Saúde a 08 de janeiro de 2026.

Conflitos de Interesse: O autor declara não possuir conflitos de interesse. Suporte Financeiro: O presente trabalho não foi suportado por nenhum subsídio ou bolsa. Proveniência e Revisão por Pares: Não comissionado; revisão externa por pares.

Conflicts of Interest: The author has no conflicts of interest to declare. Financial Support: This work has not received any contribution grant or scholarship. Provenance and Peer Review: Not commissioned; externally peer-reviewed

## Referências / References

- Nunes R. Plano Nacional de Reabilitação: Uma Prioridade para o Sistema de Saúde Português National. SPMFR [Internet]. 2025;37(3):6–7. Available from: <https://spmfrjournal.org/index.php/spmfr/article/view/576>
- Amaro J, Moreira IJ, Aguiar IC. Medicina Física e de Reabilitação: A Especialidade Médica. SPMFR [Internet]. 2009;18(2):22–8. Available from: <https://spmfrjournal.org/index.php/spmfr/article/view/48>
- Entidade Reguladora da Saúde. Informação de monitorização: setor convencionado de Medicina Física e de Reabilitação [Internet]. Porto, Portugal; 2025. Available from: <https://www.ers.pt/media/xz1dnbpt/im-mfr-2025.pdf>
- Sivan M, Cirasanambati M, Okirie E, Jeddi F, Smith M, Basu B, et al. A Proposal for Expansion of the Medical Specialty of Rehabilitation Medicine. Rehabil Process Outcome [Internet]. 2022;11:1–7. Available from: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/11795727221137213>
- Lopes M. Menos de metade dos 820 fisiatras do país trabalham no SNS. O Jornal Económico [Internet]. 2025 Nov 12; Available from: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/menos-de-metade-dos-820-fisiatras-do-pais-trabalham-no-sns/>
- Nunes R. No país onde a reabilitação ainda não é um direito de todos. Expresso [Internet]. 2026 Mar 12; Available from: <https://expresso.pt/opiniao/2026-03-12-no-pais-onde-a-reabilitacao-ainda-nao-e-um-direito-de-todos-a8709436>
- Portaria n.º 88/2024/1, de 11 de março: requisitos mínimos das unidades de medicina física e de reabilitação, de fisioterapia, de terapia da fala e de terapia ocupacional [Internet]. Portugal: Diário da República n.º 50/2024, Série I de 2024-03-11; 2024 p. 1–22. Available from: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/portaria/2024-914316319>
- Ferriero G, Iolascon G, Grabljevec K, Zampolini M. Render to physiatrist the things that are physiatrist's. In Italy, the Supreme Court confirms that physiotherapy without medical diagnosis is unlawful practice of medicine: what about the rest of Europe? Eur J Phys Rehabil Med [Internet]. 2025;61(4):9–12. Available from: <https://www.minervamedica.it/index2.php?show=R33Y2025N04A0583>